ATA DA XX PLENÁRIA REGIONAL CENTRO-OESTE 29 e 30 DE MARÇO DE 2016 – PIRENÓPOLIS/GO. Às 8h do dia vinte e nove de março de 2016 iniciaram os trabalhos da XX Plenária Centro-Oeste. Na abertura da Plenária foi realizada a eleição para composição da mesa. José Vicente da Silva Magalhães, presidente da Seção Sindical Dourados concorreu com Oguimar Aparecido Flores, presidente da Seção Sindical Campo Grande. José Vicente foi eleito secretário da mesa com 25 votos. Oguimar obteve 12 votos. Mirane dos Santos Costa, filiada da Seção Sindical Sede foi eleita por aclamação relatora da mesa. Logo em seguida, o diretor regional Valdemir Menezes fez a leitura do Regimento Interno que após o debate dos destaques foi aprovado por unanimidade. Após aprovação do Regimento Interno, passou-se à aprovação da pauta, que sofreu mudanças com as propostas apresentadas pelo presidente da Seção Sindical Goiânia, Waltterlenne Englen Freitas de Lima. Seguem anexados à ata o Regimento Interno e a pauta. A seguir passou-se à análise de conjuntura política que foi feita pelo presidente da CUT-GO, Mauro Rubens, sindicalista da área da saúde, ex-vereador de Goiânia e ex-deputado estadual de GO, que destacou como fundamento da sua análise, a luta de classes. Segundo Mauro Rubens, o cenário nacional leva a classe trabalhadora a refletir sobre o quer para o futuro, cujo tema em evidência na sociedade é o combate à corrupção. O país passa por um processo profundo de investigação. O que interessa aos trabalhadores? Qual é o ambiente favorável para o desenvolvimento do país, sob a perspectiva dos trabalhadores na saúde, na pesquisa, por exemplo? Será o capitalista, liberal? A CUT tem defendido o interesse dos trabalhadores. O governo não é defensável, mas a alternativa colocada será pior. O governo cometeu erros, por exemplo, a criminalização dos movimentos sociais, a votação no Senado do PLS 555. A conjuntura exige discussão aprofundada porque ainda a sociedade brasileira continua sendo desigual, destacando o acesso à informação. Disse que é preciso identificar as raízes das desigualdades da cidadania e o Congresso as tem aprofundado. Passado ao debate, se inscreveram Nilson Carrijo, SS Cenargen, que se manifestou dizendo que os filiados de sua base pedem a desfiliação do SINPAF da CUT e questiona se a CUT perdeu o rumo. Cláudio Kaminski, SS Embrapa Sede, também apoia a desfiliação da CUT e pergunta como está o segmento da pesquisa no estado de GO. Luiz Soares, SS Embrapa Sede, pergunta quais são as soluções para a situação política do país. Mauro Rubens passa a responder que quem não discute política é conduzido por quem discute política. É preciso que os trabalhadores saibam quem são e para onde querem ir. Há pluralismo das centrais sindicais, com 19 mil sindicatos. A CUT precisa de recurso para fortalecer a consciência dos trabalhadores. Por que ficar na CUT? Por que sair da CUT? Acreditar que a CUT é traidora dos trabalhadores é não aprofundar nas discussões. Foi aberto outro bloco de perguntas com André de Barros que questiona se a crise é mais política ou mais econômica. Waltterlenne, pergunta como entender a fala de um dirigente da CUT que diz que a CUT ou defende o governo ou defende os trabalhadores. Raquel, SS Embrapa Sede, argumenta que a classe trabalhadora é quem será prejudicada seja qual for o resultado de quem ficar no governo e pergunta até onde o sindicato deve ir para negociar os benefícios sob a perspectiva da CUT. Cacau disse que faz 14 anos que não há mudança na política tributária, na previdência. A crise é da corrupção

e o PT é o responsável porque não combateu e não fez as mudanças necessárias. Mauro Rubens responde argumentando que a crise que o país está vivendo é do sistema capitalista e no Brasil é agravada pela corrupção. A CUT não vai defender a plataforma dos 55 projetos de lei do Congresso, chamados Ponte para o Futuro. A rede Globo manipula as informações e cita como exemplo a forma que ela passa sobre os servidores públicos, que são vagabundos. Qualquer sindicato deve defender a democratização da comunicação. A CUT defende nenhum direito a menos. Disse que é preciso identificar o interesse da classe trabalhadora tanto no Congresso quanto no governo. Disse também que é preciso partir do pressuposto de que lado a classe trabalhadora está. Mauro Rubens questionou o plenário de qual será a posição que a XX Plenária Regional Centro-Oeste vai adotar. Argumentou que a classe trabalhadora tinha que estar unida, saber o que fazer. Em seguida foi passada a palavra para o presidente do SINPAF, Júlio Guerra, que deu continuidade à análise de conjuntura política, falando que toda ação é política e é desenvolvida em vários espaços. Falou dos últimos acontecimentos da Operação Lava Jato e da manipulação dos meios de comunicação. Disse que o movimento sindical deve defender o Estado democrático de direito, deve denunciar a manipulação da mídia de massa. Segundo Júlio Guerra, o movimento sindical do SINPAF é muito corporativo, pois não faz articulação com outros movimentos, com a sociedade. Falou de sua experiência de peregrinação no Congresso, quando identificou que os parlamentares não conhecem o SINPAF e suas instituições de base. Júlio Guerra disse que o papel do SINPAF é defender os trabalhadores da avalanche de retirada de direitos pelo Congresso. Em seguida abriu-se o debate com Raquel Lemos, que perguntou até onde o SINPAF vai enfrentar a empresa para garantir e ampliar os benefícios e até que ponto a eleição do SINPAF vai interferir na negociação do ACT 2016/2017. Francisco Cacau argumenta que defender o Estado democrático de direito é defender o governo, o PT, que é a causa da crise. Argumenta ainda que as negociações do SINPAF serão difíceis, mas não se pode abrir mão e é preciso buscar apoio em qualquer governo. Cláudio propõe que a plenária regional crie um Grupo de Trabalho (GT) para fazer o estudo sobre o futuro da Embrapa, dada a conjuntura de demissões, terceirizações. José Batata, SS Hortaliças fala do inchaço dos comissionados, dos terceirizados que são tratados como escravos com forte controle do horário, sem local adequado para as refeições. Nilson Carrijo diz que o governo Lula enfraqueceu o movimento sindical quando levou todos os dirigentes da CUT para o governo. Afirmou também que a posição de sua base de desfiliação da CUT será encaminhada à Plenária Nacional, pois o SINPAF ser filiado à CUT tem gerado várias desfiliações. Luiz Soares argumenta que mesmo com toda peregrinação no Congresso, ainda considera a DN do SINPAF omissa, dadas as situações que envolvem a empresa de autoritarismo, indiferença, de desmandos. Questiona de que lado a DN está: dos gestores ou dos trabalhadores. Rosemar, SS Goiânia, argumenta que o sindicato é classe trabalhadora e deve intensificar a articulação junto ao Congresso para defender os trabalhadores. Júlio Guerra fala que nunca tinha vivido um clima de conflito, nem mesmo na ditadura e o que está acontecendo no Brasil é a expressão de ódio, uma disputa raivosa em que a simbologia do vermelho significa o PT. Talvez haja uma amenização com a lista dos 200 da Odebrecht, pois todos os partidos estão na lista. Disse

também que quem foi para as ruas contra o governo foi a elite e que a grande massa de trabalhadores não está nas ruas. Júlio Guerra disse ainda que a discussão em sair da CUT deve ser da categoria. Que não considera a DN pelega, pois ser pelego é vender os trabalhadores para o patrão. O fato é que a DN tem uma forma de atuação que não agrada a alguns. Em relação à mudança da pessoa jurídica da Embrapa entende que a plenária regional Centro-Oeste dará elementos para o aprofundamento do tema, que será debatido na Plenária Nacional. Quanto à desfiliação por não se sentir representado pelo SINPAF é uma relação pessoal e cabe à seção sindical o esclarecimento do papel do sindicato. Quanto ao inchaço da Embrapa se trata dos casos dos comissionados do quadro efetivo que já incorporaram sua gratificação após 10 anos de exercício de comissionado. Os acontecimentos dos próximos dias nortearão as negociações e o limite de até aonde o SINPAF vai, será dado pela categoria. Neste momento dado o fato do presidente da mesa, Valdemir, ter que se ausentar da XX Plenária Regional Centro-Oeste por motivos particulares inadiáveis, os presidentes das seções sindicais presentes deliberaram que o presidente de seção sindical Goiânia será o seu substituto. Neste ínterim foi solicitada questão de ordem pela seção sindical Hortaliças para ser definida a participação de Vicente Almeida como delegado nato ou convidado. Foram abertas duas inscrições: uma para defesa da permanência como delegado nato e outra, como convidado. Flávio, representando a DN, falou que a sequência sucessória não foi seguida pela seção sindical Hortaliças e o caso veio à tona agora porque antes a DN não havia sido suscitada sobre a situação. Vicente fez leitura do artigo 48 do estatuto do SINPAF e o regimento da seção sindical Hortaliças e disse que os sucessores foram impedidos por questão de saúde, que a ata que trata da designação do diretor de Ciência e Tecnologia para ocupar a presidência da seção sindical Hortaliças foi registrada em cartório pela DN, sem questionamento. Após ouvir as partes a mesa coordenadora interrompeu para dar seguimento à pauta dizendo que retornaria à questão de ordem após a apresentação dos temas que se seguem. Para apresentação do tema "Desafios para o SINPAF e futuro da Embrapa: Código de Ciência e Tecnologia, PLS 555/2015 e Autarquia foi dada a palavra aos idealizadores da proposta "Embrapa: Autarquia especial", começando com a fala de André Correia Pereira que disse que abrir o capital da Embrapa será causa de prejuízo social para o desenvolvimento regional porque a iniciativa privada não priorizará pesquisa e transferência de tecnologia, por exemplo, a cadeia produtiva da mandioca, agricultura familiar. A Embrapa não dá lucro. O desespero fiscal não é do governo, mas do sistema capitalista, do Estado mínimo, que promove o desmantelamento das instituições estatais. A Embrapa está morrendo e a sociedade não pode abrir mão da Embrapa porque o prejuízo social é incalculável e irreversível. Os desafios para o futuro é a efetivação das políticas públicas, pois a Embrapa está colocada estrategicamente em todas as regiões do Brasil para dar resposta, através da pesquisa agropecuária, às políticas públicas que devem garantir a segurança e soberania alimentar, bem como garantir a biodiversidade. O modelo de personalidade jurídica proposto é instituição de Estado com poder e autoridade política. As ideologias do campo no governo precisam ser equacionadas, pois há disputa entre os Ministérios da Agricultura e do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Quanto ao orçamento, a Embrapa deverá ter um

fundo orçamentário próprio, sem dependência a qualquer ministério. Argumenta que não se usa a burocracia de forma favorável. No âmbito internacional, considera que a Embrapa será mais forte. Esta proposta de a Embrapa ser uma autarquia especial faz com que ela permaneça 100% pública. Nicola Radica argumenta que, pela sua experiência, a Embrapa atende toda legislação tributária pública e privada, o que causa uma sobrecarga à operacionalização administrativo-financeira, o que tem levado a empresa a gastar com aquisição de sistemas de informação tributários caríssimos. Não haveria mudança de empresa pública de direito privado para uma autarquia, uma vez que passaria apenas a cumprir a legislação tributária pública. A autarquia especial será núcleo estratégico do governo com pessoal altamente qualificado, com melhoria do salário. Esta proposta não inviabilizaria a Embrapatec. Hoje a Embrapa não tem proposta de valorização do empregado em vias de se aposentar, por exemplo. Quanto mais alto o salário do pesquisador, mais difícil tem ficado o seu desligamento da empresa. Radica enfatiza ainda que a Ceres não atende toda a faixa de trabalhadores da Embrapa. Ermano Correia da Silva apresenta a tabela de encargos da Embrapa e diz que os valores são muito altos e o governo não vê isso com bons olhos. Radica finaliza a apresentação do tema destacando que a autarquia especial é a única saída para a Embrapa e que a mudança na Embrapa tem que valer a pena para a instituição, para os trabalhadores para a sociedade. Aberto para o debate, Raquel argumenta que a proposta parece só trazer coisas boas. E questiona como fica a estrutura física da Embrapa e pede exemplo de casos de sucesso que tenham a mesma característica em tamanho, estrutura física e número de trabalhadores. Cláudio Sede argumentou que nos seus 10 anos de assessor parlamentar no Congresso viu que a diversidade brasileira será vendida e se isso acontecer será o fim da Embrapa e citou as ameaças que ocorrem desde 1990. Luiz Soares argumentou que conhece o projeto de autarquia desde o início e reconhece que os seus autores são estudiosos dedicados do assunto. Disse ainda que não reconhece outra proposta melhor que a apresentada, mas defende que é preciso melhorá-la e torná-la conhecida de toda a categoria. No seu entendimento é um projeto necessário e viável. Scaramello, DN, considera um sonho o projeto, pois quem não quer se aposentar com salário digno. Argumenta que é preciso ver qual o impacto da rubrica da autarquia especial para o governo. Tem conhecimento que o Banco Central não está satisfeito com a autarquia especial. Passada a palavra para André, este respondeu que a questão de números de trabalhadores não é problema, pois exemplifica com o tamanho e a capilaridade do Exército. Disse que anteriormente a política monetária estava com o Banco do Brasil e hoje está com o Banco Central, que é uma potência. Quanto aos casos de sucesso, citou exemplos internacionais e provavelmente a Embrapa será algo novo. Ermano disse que 83% do orçamento da Embrapa é para folha de pagamento e cerca de 2,5% de encargos. A negociação com o governo será a de usar o recurso com encargos para investir na pesquisa. A proposta é de uma estrutura viável. André disse que a lei de transformação, só será possível com a atuação do Sindicato. Dado o adiantado da hora e a necessidade dos palestrantes voltarem à Brasília e de prosseguimento com a pauta, encerrou-se o debate. Assim, para contemplar os palestrantes do outro tema a mesa consultou ao plenário para a inversão de pauta,

o que foi aprovado. Em seguida o tema "Análise crítica sobre a privatização de Estatais e os efeitos trabalhistas pelos advogados Raquel Rieguer, que é especialista em direitos trabalhistas de empregados públicos da área financeira, Correios, e outros e Rodrigo Castro, especialista em direitos trabalhistas de servidores públicos. Raquel disse que a CLT garante que em caso de privatização nenhum direito será suprimido. A privatização de empresas foi analisada pelo TST que elaborou a Súmula 430 para dirimir as irregularidades. No caso da Embrapa dissociar sua função social é algo complexo. A privatização implica em um movimento inicial de dispensa em massa. Segundo o TST a empresa pública privatizada não pode demitir em massa. Tem que negociar com o sindicato, tem que preparar a saída dos trabalhadores com benefícios como programa de demissão incentivada. A privatização utiliza-se da terceirização, o que traz uma categoria de trabalhadores precarizada. O maior bem tutelado é o trabalho. O que é afetado é a garantia de emprego. Que outra solução haveria? A Embrapa é efetivamente uma empresa pública e qualquer alteração vai requerer manobras e haverá danos e não tem como prever especificamente quais seriam. Passada a palavra para Rodrigo, este disse que traz elementos para entender como isso vem acontecendo historicamente para tomada de uma decisão política pelos trabalhadores da Embrapa. O caminho privado é cheio de obstáculos, mesmo com a CLT. Também a proposta de transformar a Embrapa em uma autarquia especial, como lei de criação, de orçamento. Disse que o STF tem julgado várias ADIs e citou como exemplo o caso da Emater-PR. Argumentou que este processo traz questões patrimoniais, tributárias, forma de pagamento, se a atividade econômica é compatível com a autarquia, a forma de egresso por concurso público. Disse também que era importante refletir sobre a transposição na área sindical, pois no setor público não há acordo coletivo, mas mesa de negociação e através de legislação encaminhada pelo governo ao Congresso. Alertou que não há lei de greve e que questões como aposentadoria, insalubridade e periculosidade, ainda nem de longe estão sendo discutidas no setor público. Hoje o Estado também tem reduzido o teto da aposentadoria. Disse que até hoje há discussão no STF sobre aposentadoria desde a transposição do regime jurídico único. Alertou que a transposição não garante paridade com o servidor público quanto aos direitos previdenciários, sindicais, trabalhistas. O projeto de lei que deve tratar da privatização ou da estatização da Embrapa deve prever a complexidade da transposição e considera que o caminho mais longo e complexo é a transposição de celetista para regime jurídico único, ainda que existam leis específicas de carreiras. Raquel complementou dizendo que a previdência será retirada da área da Justiça do Trabalho, o que implica na previdência privada de celetistas de empresas públicas, pois o TST revê a súmula 282 que trata das regras que devem valer agora nas previdências privadas no momento de admissão, uma vez que o TST não trata mais de direitos previdenciários. Rodrigo finalizou a apresentação dizendo que a intenção era de trazer informações, experiências sobre o que ocorre para que o sindicato e a categoria em conjunto possam tomar decisões políticas e administrativas. Aberto o debate, Cláudio disse que a Embrapa não pode competir com a iniciativa privada e propõe criar um GT para melhorar a proposta de mudança da figura jurídica da Embrapa. Kátia, SS Pantanal, pede esclarecimento sobre a transposição de empresa pública de economia mista para

autarquia. Luiz Soares disse que é preciso ousar, ser utópico para buscar uma alternativa para a Embrapa. Rodrigo coloca-se à disposição para fazer avaliação da proposta, pois seu escritório faz parte do coletivo dos escritórios de advocacia do serviço público. Quanto à transposição de uma empresa pública de economia mista para autarquia disse que deverão ser criados cargos semelhantes porque não se pode começar do zero. Geralmente se dá um tempo para a criação dessa estrutura organizativa, que não é ao mesmo tempo da criação da lei. Raquel complementou dizendo que no exato momento a preocupação é econômica e a utopia corre risco e a saída será pegar as armas que se tem e fazer o que se pode. Não há segurança jurídica para nenhum dos lados, tanto para celetista como para servidor público. Passou-se ao segundo bloco de perguntas com Zé Batata que perguntou se se pode cancelar a aposentadoria para ser da autarquia e se demitido, se receberia os 40% do FGTS. Hamilton, SS Goiânia, criticou o SINPAF de não ter tomado nenhuma atitude, esperou chegar no fim do poço para tomar uma decisão e perguntou qual das alternativas seria mais viável para a transposição da Embrapa, ou fundação ou autarquia. Scaramello avaliou que a segurança jurídica é muito frágil e pergunta o que muda com o PL 555 que foi aprovado no Senado. Waltterlenne quer saber como fica a soberania, que implica na função social da Embrapa para se tornar uma empresa privada. Em resposta Rodrigo esclarece que não há demissão, mas transposição de uma carreira para outra. No caso de quem já está aposentado, o que se tem observado é que se fica somente com uma aposentadoria. A alternativa mais integrada, mais próxima de carreira de Estado seria a autarquia. A tramitação célere do PL 555 se deve à vontade política. Quanto à questão de soberania foi um arranjo a permanência de ações nas mãos do governo, no caso das Teles. A Embrapa é uma empresa incompatível para a privatização. O Estado só pode atuar no mercado em duas situações: imperativo de segurança nacional e em caso relevante de interesse coletivo, o que contempla a Embrapa. Waltterlenne sugere criar um GT para defender a soberania alimentar defendendo preceitos legais da Constituição junto ao governo e Congresso para manter a Embrapa como empresa pública. Disse também que era preciso recuperar o tempo perdido. Em seguida a mesa coordenadora retomou à questão de ordem com a fala de Francisco, SS Hortaliças que se manifestou dizendo que não estava naquela plenária para defender A ou B, não sabe dizer que tem razão, se a seção sindical ou a DN, mas não concorda que decisão tomada por sua seção sindical seja tomada por outros. A mesa coordenadora, após avaliação da situação, se manifestou dizendo se tratar de um caso omisso e a posição da mesa é a de respeitar a decisão da ata da seção sindical Hortaliças e o artigo 48 do Estatuto do SINPAF. Dessa forma Vicente Almeida representava a SS Hortaliças como presidente e sua participação na XX Plenária Regional Centro Oeste era de delegado nato. A mesa recomendou ainda à Diretoria Nacional que trocasse o crachá de convidado pelo de delegado, uma vez que esta condição o habilitava para ao direito de voto. Nilson, SS Cenargen fez por registrar em ata que a autonomia das seções sindicais tem que ser preservada, mas que em anos passados não preservaram a autonomia da Seção Sindical Cenargen. Waltterlenne argumentou que a mesa estava fazendo o trabalho correto, pois a plenária não tinha competência para tratar do assunto. Marco Antônio, SS Cerrados ressaltou que a mesa e o plenário tinham autonomia

para decidir sobre a situação de Vicente Almeida, como delegado nato ou não. Waltterlenne pediu que fosse registrado em ata que o plenário estava anulando uma decisão legítima da Seção Sindical Hortaliças. Lucas, SS Cerrados, disse que a situação não era achismo, mas sim o cumprimento da ata que a SS Hortaliças apresentou. Flávio, DN, disse que quando se registra uma ata não é a mesma coisa que corroborar com uma questão ilegal. Flávio disse ainda que a DN registra todas as atas que chegam e que notificou a SS Hortaliças a irregularidade. A mesa leu a Carta SINPAF 267 encaminhada a Vicente Almeida (em anexo). Francisco, SS Hortaliças, disse que estava na plenária para defender a base e perguntou quem foi que errou, se a SS Hortaliças ou se a Diretoria Nacional que se refere a ele como presidente na Carta SINPAF 267. Marcos Tadeu, SS Pantanal propõe que o plenário referende a posição da mesa. A mesa coordenadora encerra o debate e coloca para o plenário referendar por votação sua decisão de acatar a ata da SS Hortaliças, bem como a troca de crachá de convidado para delegado, de Vicente Almeida. Por contraste o plenário referendou a posição da mesa em reconhecer Vicente Almeida como delegado nato. Em seguida Waltterlenne leu a ata de eleição para delegados da SS Hortaliças sobre a quantidade de filiados e respectivamente a quantidade de delegados eleitos. Vicente apresenta um documento com a relação de filiados alegando ter 126 filiados, considerando 3 filiados afastados por motivo de doença e de acordo com o artigo 86 do Estatuto do SINPAF. Flávio informa que existe na DN um registro de 124 filiados. Waltterlenne argumenta que a contagem da SS Hortaliças contempla 126 filiados e com isso são 3 delegados eleitos, mais o delegado nato. José Vicente coloca em votação se Vicente será delegado nato ou delegado convidado. Por contraste a maioria aprovou que Vicente seja delegado nato, com 5 abstenções. Marcio Muniz, SS Pantanal, solicita que a mesa faça a apresentação dos delegados eleitos e natos e convidados, bem como a contagem do número oficial de delegantes votantes. A mesa levantou a informação junto aos presidentes das seções sindicais e apresentou ao plenário que os delegados natos eram 9 e os delegados eleitos eram 32 e no total eram 41 delegados aptos a votarem. Superada a questão de ordem, a mesa passou para o debate sobre a devolução do **imposto sindical.** José Vicente pediu esclarecimentos à DN sobre a decisão da última plenária sobre o tema. Júlio informou que a destinação do imposto é feita no Congresso ou na Plenária Nacional. Destacou que alguns filiados contribuíram para outros sindicatos, a exemplo dos engenheiros agrônomos. Disse também que até agora o DN não temo total de arrecadação do ano de 2016, pois há trabalhadores que optam em pagar o imposto, mais barato, para outros sindicatos. Marco Antônio disse que o valor do desconto era sobre um dia de trabalho e pede que esse tema seja discutido na Plenária Nacional. José Vicente lembra que existe uma dúvida geral sobre como deve proceder quando o imposto chega na seção sindical. Vicente relata que na SS Hortaliças foi deliberado em assembleia que o imposto seria utilizado para o ressarcimento das despesas das negociações do ACT. José Messias, SS Hortaliças, disse que concordava que o imposto sindical fosse devolvido à seção sindical, pois em anos anteriores usaram para realizar eventos de saúde do trabalhador. Solange, SS Campo Grande, disse que a seção sindical era livre para fazer o que bem entendesse com a devolução do imposto sindical. Francisco também se

manifestou a favor da devolução do imposto sindical à seção sindical e que ela decida sobre o que fazer com o recurso. Disse ainda que a SS Hortaliças apresentou um abaixo-assinado à DN da SS Hortaliças pedindo a devolução, que no momento foi entregue à mesa coordenadora. Cláudio disse que a devolução na sua seção sindical foi feita tanto para o filiado quanto ao não filiado porque estava deliberado na ata da 17ª Plenária Nacional e isso foi usado pelos não filiados para ameaçar com ação judicial a seção sindical, caso não fosse devolvido. Disse que o encaminhamento da devolução tinha que ser claro. Disse que o imposto tinha que ser devolvido à seção sindical e é ela que deve decidir o que fazer com o dinheiro. Cacau também manifestou concordância em devolver o imposto à seção sindical correspondente tanto ao filiado quanto ao não filiado. Lucas disse que a devolução do imposto sindical aos filiados e não filiados era invenção da DN, pois isso não estava escrito na ata. Lucas também solicitou que a DN fizesse o ressarcimento à seção sindical das despesas com ações da campanha salarial. Flávio disse que a DN vai obedecer ao Estatuto do SINPAF e em seguida fez a leitura da parte da ata da plenária nacional passada sobre a devolução do imposto sindical. Othon, SS Embrapa Sede, disse que em sua seção sindical o imposto sindical sempre foi devolvido somente aos filiados. Disse também que o era preciso acompanhar o princípio cutista de devolver o imposto aos trabalhadores, pois a CUT sempre foi contra o importo sindical. Disse ainda que a confusão era por causa da ata que não estava clara. Cláudio disse que recebeu uma ameaça dos não filiados de que entrariam na justiça para receber o valor, por isso devolveu. Júlio Guerra falou que a deliberação sobre a devolução do imposto sindical está na ata da plenária nacional da linha 367 a 477. Disse também que a Plenária Nacional definiu que 50% do valor era para a DN custear a campanha salarial, saúde do trabalhador e formação sindical e a outra parte seria devolvida para as seções sindicais e a DN cumpriu o que consta da ata. Explica ainda que as seções sindicais também precisam aportar verba para a campanha salarial. Neste momento a mesa solicita aos delegados que abram mão das falas para passar para o próximo assunto. Raquel pede que se registre em ata que a devolução do imposto sindical seja levada para debate e deliberação na plenária nacional com a posição de que a XX Plenária Regional Centro Oeste foi favorável à devolução do imposto sindical às seções sindicais. Vicente argumentou que a plenária regional Centro Oeste deve encaminhar em forma de recurso à plenária nacional sobre a devolução do imposto sindical para as seções sindicais. Júlio Guerra disse que o imposto sindical compõe o orçamento das seções sindicais e que no 5º Congresso Nacional do SINPAF foi decidido que o valor seria devolvido para todos, filiados e não filiados. A mesa coloca em votação o encaminhamento de Raquel de que o dinheiro do imposto sindical seja devolvido na íntegra às secções sindicais e que o assunto seja encaminhado para ser debatido na Plenária Nacional. Aprovado pela maioria e apenas 1 (um) voto contrário. A mesa solicita ao plenário o encerramento dos trabalhos daquele dia e que os assuntos pendentes ficassem como prioridade no dia seguinte. José Vicente apresenta também ao plenário a situação do convidado permanente Luiz Soares e passou a palavra à Júlio Guerra que disse que a DN informou a Luiz Soares que embora o reconheça como convidado permanente, é a plenária regional Centro Oeste que tem que decidir quem irá custear as despesas. Vicente

propõe à mesa que seja solicitado à organização do evento a lista de convidados e seus respectivos responsáveis. Diante do impasse a mesa abre para o debate e Cacau fala que a SS tem autonomia administrativa e financeira para bancar as despesas dos convidados e que essa plenária tem que definir de uma vez por todas quem vai bancar as despesas de Luz Soares. Marco Antônio disse que como foi deliberação do Congresso, a instância responsável pelas despesas seria a Diretoria Nacional. Luiz Soares argumenta que o assunto era constrangedor, mas o Congresso aprovou por aclamação e em seguida leu a carta que encaminhou para a DN para viabilizar a participação dele na plenária Centro-Oeste e na Plenária Nacional. Ironei, SS Cerrados, disse que seu entendimento era que cada SS e a DN bancassem seus convidados e propôs que a plenária fizesse o rateio da despesa do Luiz e que na plenária nacional fosse decidido definitivamente sobre quem pagaria as despesas de Luiz Soares como convidado permanente do SINPAF. Francisco argumentou que o Congresso passado se preocupou apenas em derrubar essa decisão e que a instância que decidiu deve bancar as despesas. A mesa coloca para votação duas propostas, a primeira que a DN banque todas as despesas de Luiz Soares na XX Plenária Regional Centro-Oeste e foi aprovado por contraste e com 3 abstenções. Foi deliberado também pelo plenário que o assunto será levado para a Plenária Nacional para se obter a decisão definitiva. Júlio Guerra disse que a DN iria analisar a decisão da plenária. Luiz Soares agradeceu a solidariedade do plenário, mas entendia que uma vez que a DN iria avaliar as despesas não seriam pagas. De forma que, mais uma vez agradecia a todos, mas ele próprio pagaria as suas despesas. Assim a mesa encerrou os trabalhos do dia. Os trabalhos do dia trinta foram iniciados com a discussão dos temas "Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2017, Norma de Frequência e Termo Aditivo" que foram apresentados por Júlio Guerra que disse que a pauta do ACT foi entregue em dezembro de 2015 à Embrapa juntamente com o termo aditivo elaborado pelos presidentes das seções sindicais. Quanto à negociação, o rito está sendo seguido, mas a DN também buscou a participação da SRT, para forçar a Embrapa a negociar. Aguardam em breve um cronograma de reuniões. Quanto à comissão de negociação, já foi estabelecido o número de dirigentes participantes, além da participação da DN e dos dirigentes das seções sindicais do DF. Falou que no Estatuto não há referencia sobre composição de comissão, mas a comissão será formada por um representante por região e seu suplente. Disse que a conjuntura aponta muita dificuldade de negociação, pois o ministro do Planejamento disse que não haverá ganho real para o setor público e o DEST tem uma postura mais rígida ainda. Disse também que o processo de eleição do SINPAF não pode interferir no processo de negociação do ACT 2016/2017. Aberto o debate, Francisco relata que o termo aditivo da forma como está sendo interpretado na Embrapa Hortaliças tem causado muitos problemas com os trabalhadores que moram lá e que vão almoçar em casa, pois eles estão rendo que assinar o ponto enquanto os demais não. Valdeci, SS Cenargen, perguntou o que fazer no caso de horas de viagem que não são computadas como horas trabalhadas. Júlio Guerra respondeu que o termo aditivo da pauta do ACT foi o termo aprovado pela categoria, quanto ao caso dos empregados residentes na área da Embrapa Hortaliças que tenham que bater ponto no horário de almoço será levado ao conhecimento da diretora Vania, pois a orientação dada foi a pré-

marcação. Quanto ao caso de horas de viagem, a resposta está na CLT e que o que o trabalhador pode sim computar o horário em viagem como hora trabalhada. O que tem que ser feito é o trabalhador juntar os registros possíveis. Disse que não vê a Embrapa assumir essas horas trabalhadas a não ser através de um TAC. Falou que o banco de horas é uma forma de diminuir custo de produção, aumentar o lucro do patrão com compensação de folga para o trabalhador e que a jornada de trabalho quem detém é o empregador. De forma que é o empregador que define a hora que começa e a hora que termina e que qualquer alteração desse horário depende de acordo entre o empregado e o empregador. Passado para o outro bloco de perguntas, Lucas pergunta quantas seções sindicais rejeitaram o termo aditivo, pois a SS Cerrados rejeitou o termo porque era prejudicial ao trabalhador. Solicitou que a DN colocasse o resultado correto de sua seção sindical na notícia dada no site do SINPAF. Criticou o abono da Embrapa dado aos empegados com horas negativas, prejudicando os demais trabalhadores. Lucas perguntou se o termo aditivo já tinha sido registrado no Ministério do Trabalho. Marco Antônio solicita que seja encaminhado à comissão de negociação do ACT a discussão do caso de viagens em que os trabalhadores não ganham horas, somente se for motorista. Outro questionamento foi a cláusula 11 do termo aditivo que dá liberdade de a Embrapa fazer normas sem negociação com o SINPAF. José Maria, SS Cerrados, disse que o trabalhador tem que apontar tudo no sistema, pois este aceita tudo e quem tem que mudar é o chefe. Há caso de numa mesma unidade os setores terem diferenças na interpretação do termo. Nilton, SS Sinop disse que quem faz hora extra não pode registrar hora positiva, mas tem que ficar vendo outros trabalhadores chegarem sempre meia hora positiva. Antes se fazia o mesmo trabalho e tinha compensação, agora não tem mais. Relatou que a unidade tem 96 empregados, sendo somente 3 da unidade, os demais são de outros estados. A permissão de apenas 2 horas extras tem dificultado a realização de trabalho de campo quando é necessário percorrer grandes distâncias. Júlio Guerra passou a responder dizendo que não sabe de cabeça quantas seções sindicais rejeitaram o termo aditivo. Falou que o resultado enviado pelas seções sindicais depois do prazo não foi computado. Informou que a DN não recebe resultado de votação de assembleia por telefone, só de forma formal. Quanto ao caso de horas de viagem para computo de horas trabalhadas só serão resolvidas na Justiça. Na discussão do termo aditivo foi acordado que a Embrapa não podia lançar nenhuma norma diferente do termo. O SINPAF não registrou ainda o aditivo porque o mediador do Ministério do Trabalho exige abrangência de atuação e o Estatuto do SINPAF, o estado de São Paulo está fora. Esclareceu que desde que o SINPAF passou a registrar o ACT usando o mediador, tem tido acréscimo de cláusulas, que tem criado confusão ao se fazer a consulta, pois o assinado não é o mesmo que o registrado. Disse também que a meia hora no horário de entrada deve ser registrada, ninguém pode ser discriminado. O debate prosseguiu com mais um bloco de perguntas. Cacau falou que a norma de frequência tem flexibilidade de horário, quanto ao termo aditivo em vigor, este deverá ser discutido no ACT para ser melhorado, uma vez que tem trazido prejuízo aos trabalhadores. Othon falou que o termo aditivo é um aconchambrado, uma excrecência, pois não houve entendimento numa reunião de 5 chefes de departamentos na sede da Embrapa, sendo que o único

entendimento foi sobre a flexibilidade do horário. Observou que as plenárias estão sendo contaminadas pelo processo eleitoral, pois a DN está levando seu candidato a todas as plenárias, que dirá no processo de negociação do ACT. Márcio falou que tem muitas dúvidas sobre a norma de frequência e o aditivo e essas dúvidas não tem sido resolvidas junto à empresa, então sugere que a orientação seja dada de forma uniforme pela DN, se não cada supervisor fará do seu jeito. Júlio Guerra disse que o ACT de 2013|2014 foi a origem do banco de horas na cláusula, quanto à norma de frequência, esta foi encaminhada às seções sindicais para discussão e elaboração de propostas. Reiterou que a negociação do ACT não pode ser contaminada pelo processo eleitoral. Argumentou que as plenárias podem ter convidados e citou exemplo de uma plenária nacional onde havia convidados de todas as regiões do Brasil. A seguir a mesa passou para o tema "Relatório de atividades administrativa e financeira do SINPAF" que contou com a participação de Guiomar Rodrigues, DN, que disse que a plenária regional Centro Oeste não tinha competência para apreciar o balanço financeiro. A mesa interferiu e solicitou a prestação de contas da plenária Centro Oeste atual. Guiomar respondeu que para a entrega da prestação de contas da DN será observado o prazo estatutário. Walterlenne disse que as informações a serem prestadas foram solicitadas pela seção sindical Goiânia e tratavam sobre a campanha salarial, discriminada por empresa. Após as ponderações foi aberto o debate que foi iniciado por Marco Antônio que disse que os filiados tinham direito de saber como está sendo aplicado os recursos financeiros e o fato de se falar que as informações serão entregues depois parece que está escondendo algo. Raquel disse que a DN já estava em campanha eleitoral quando trazia seu candidato para plenária. Nilton falou que havia deixado de participar de plenárias porque se perde tempo com discussão que não levam a nada. Questionou o que levará de informação sobre o uso dos recursos financeiros para a sua base. Marco Antônio disse que a diretora poderia apresentar sim um relatório preliminar factível, pois os delegados tem o direito de saber o que está acontecendo com o dinheiro do sindicato. Para ele não cabia a justificativa de que o relatório não estava pronto, pois 2015 já tem 90 dias passados. Lucas disse que deve haver reciprocidade de prestação de contas entre a DN e as seções sindicais. Júlio Guerra passou a responder dizendo que embora não tenha sido preparado previamente, a DN tem condição de apresentar. Disse que o site foi mudado para melhorar o acesso às informações. Falou que não era tão fácil fazer a contabilidade, pois tem seções sindicais que dificultam por não prestarem conta e essa é a grande insatisfação dos filiados. Os temas seguintes foram antecipados após consulta ao plenário, pois os palestrantes precisavam voltar para Brasília. O tema "Percepções das seções Sindicais sobre Ceres" foi apresentado por Mônica Albuquerque que falou sobre a previdência em tempo de crise. A regra mudada recentemente era favorável ao trabalhador, mas acredita que isso não perdurará por muito tempo. Na maioria dos países a regra de aposentadoria é somente por idade. Nessa conjuntura a previdência complementar é importante, pois a previdência oficial terá o seu benefício cada vez mais baixo. Em 2005 foi criado um novo plano de forma que o trabalhador pudesse ter acesso a uma aposentadoria complementar. A previdência complementar é importante porque garante benefícios programados e de risco. Apresentou as opções que os

empregados tem em caso de rescisão contratual. Falou do patrimônio atual dos planos da Embrapa (Básico e Flexceres), da governança corporativa. Na Ceres os investimentos são decididos por um comitê composto por diretores, representantes dos assistidos, dos ativos. Já o comitê da seguridade decide sobre as regras da aposentadoria. O outro comitê é o consultivo de planos, que não está atuante desde 2015 e é formado por representantes dos empregados da Embrapa para acompanhar a execução do plano. O controle é feito por auditorias independente e da Embrapa e pelos órgãos do governo. Em seguida foi aberto o debate e Raquel perguntou por que o comitê consultivo de planos não estava funcionando e também sobre o caso de quem casa com pessoa mais jovem, como ficam os benefícios. Monica disse que os casos de cônjuge mais jovem são acompanhados e caso haja repercussão, serão tomadas medidas para garantir o recurso. Quanto ao comitê não sabe dizer porque não está funcionando, mas sugere que a Embrapa indique seus representantes e que estes sejam atuantes. Não cabe a Ceres orientar, mas aos empregados. José Maria disse que o grupo de maior preocupação é dos pesquisadores que não estão conseguindo ter um benefício além de R$ 7 mil, juntando INSS e Ceres. Pergunta por que há essa defasagem de quem se aposentou e quem está para se aposentar vai receber mais. João Sávio, SS Cenargen, argumenta que o teto da Ceres é R$ 8 mil e do INSS é de R$ 5 mil, somados, o bruto será de R$ 13 mil e quem ganha acima de R$ 20 mil, não alcançará. Mônica responde que o objetivo é garantir o poder de compra. Os beneficiários são filhos e pais que não tenham rendimentos. Filho inválido recebe vitaliciamente, desde que sua invalidez tenha acontecido antes de 24 anos. Enquanto o participante paga, os filhos são propensos ao benefício, se não tem ninguém, o dinheiro fica para o grupo. O caso de aposentadoria pelo INSS não interfere na Ceres. Enquanto o trabalhador estiver empregado, recolherá para a Ceres. Cada beneficiário tem que comprovar o vínculo. Frederico, SS Embrapa Sede disse que está preocupado com o teto da Ceres, que vem se aproximando do valor do teto do INSS. Cláudio perguntou como fica o aposentado no caso da Embrapa se tornar autarquia ou ser privatizada. Monica disse que a Ceres se desvinculou quando o teto do INSS subiu, mas ainda hoje o teto da Ceres é maior do que do INSS. Aposentados que pagam Ceres está previsto na legislação e para receber o benefício da aposentadoria complementar tem que se desligar da empresa. No caso da terceirização não tem impacto, mas já no caso de autarquia haverá impacto, pois cada um pega o seu e a parte do empregador será rateado. A Ceres como administradora não trata dessas questões, quem trata é a empresa. Luiz Soares argumenta que é um problema a falta de representação dos trabalhadores no comitê e que não entende porque não houve cobrança do sindicato, pois a DN que se diz de luta não fez nada. Propõe que um dos diretores executivos deve ser um representante dos trabalhadores. A pior coisa é a omissão dos representantes dos trabalhadores. O dinheiro do sindicato é para a luta. Valdeci relatou o caso de um trabalhador que já era aposentado perguntou e que faleceu e que o pagamento do benefício da Ceres só pode ser pago após o estabelecimento do benefício do INSS e isso já tem 6 meses que a viúva está sem receber o benefício. Monica passou a responder aos questionamentos dizendo que para se ter um diretor representante do SINPAF tem que haver mudança do estatuto. As outras empresas também querem uma cadeira. O papel do

participante é fazer cobranças, questionamentos mandando e-mail e se não for respondido deve ser denunciado à Previc. Monica disse também que há caso em que o beneficiário deve apresentar comprovante de vínculo. Júlio Guerra disse que houve eleição para conselheiro da Ceres e quem ganhou foi Emídio Casagrande e que o mesmo foi convidado a participar da Plenária Nacional, mas recusou o convite justificando que quem tem que falar é a Ceres. Monica retomou a sua fala dizendo que o comitê foi abandonado há muito tempo, está desativado e deve ser retomado dentro da Ceres e dentro da Embrapa. Monica disse que quem fala da Ceres tem que ser empregado da Ceres. A Ceres é uma instituição sólida, mesmo, tendo investido em ações da Petrobrás, que ao longo do tempo se recuperará. Cláudio propôs que o SINPAF, através da DN, reativasse o comitê consultivo de planos da Ceres no prazo de 15 dias. Os delegados presentes aprovaram a proposta por unanimidade. A DN se posicionou dizendo que acatava o encaminhamento proposto por ser consenso. O tema seguinte foi Casembrapa que foi apresentado por Cassio que falou sobre o perfil geral da Casembrapa, despesa mensal, número de beneficiários, custo per capita\mês, tamanho do grupo familiar, crise financeira em 2014 (desequilíbrio financeiro despesas x receitas, notificações da ANS), ações corretivas, melhorias administrativas em 2016, modelo de custeio (tipo de composição do fundo assistencial). A Casembrapa por ser de autogestão o seu tipo é de mutualidade econômica por percentual de salário por grupo familiar. Apresentou quadro comparativo de planos de autogestão. A diretoria da Casembrapa tem para o novo modelo, premissas econômicas: contribuição de reserva assistencial, paridade contributiva, gratuidade de procedimentos complexos. A Casembrapa até então não tinha pensado na mutualidade de risco, pois esta impacta sensivelmente o plano e também a cobrança de internação por valor nominal. Nilson se colocou como conselheiro da Casembrapa e disse que os trabalhadores perderam a oportunidade de ter a presidência do Conselho com a saída da conselheira Paule Jeanne, representante da Embrapa. Isso ocorreu porque o representante da FAEE votou no representante da empresa ao invés de votar no trabalhador. Scaramello, também conselheiro da Casembrapa, falou das melhorias aprovadas pelo Conselho de Administração, como a resolução dos casos omissos. Disse que foi iniciada a reformulação do estatuto, cujas propostas serão apresentadas à categoria. Aberto o debate Vicente apresentou esclarecimentos sobre a acusação que sofrera por causa de uma denúncia anônima feita ao MPT sobre a Casembrapa. Relatou que a sua denúncia no MPT era outra e tratava da cobrança dos exames periódicos dos trabalhadores conforme ata de audiência entregue à mesa da plenária. Falou também da contratação dos serviços da Casembrapa para executar o PCMSO, sem licitação. Vicente propôs que fosse enviado às seções sindicais informações sobre o inquérito do MPT para conhecimento. Além disso, colocou a SS Hortaliças à disposição da DN, pois a Embrapa não assume despesas com acidente de trabalho, e quem tem pago é o plano. Observou que há um número grande de excluídos e pergunta quais as propostas da Casembrapa para trazer esses excluídos de volta para o plano. Vicente ainda propôs que fosse auditado o contrato do PCMSO, de forma independente. Ironei perguntou se não havia outro representante de trabalhadores para candidato a presidente do conselho. Relatou ainda o caso de cobrança de exame periódico porque a guia

de pedido assinada pelo médico do trabalho havia sido trocada na clínica. E que só recebeu seu dinheiro depois que disse que tomaria providências. Cacau perguntou o que precisa ser feito para a mudança do estatuto, se não há nepotismo na Casembrapa e quantos empregados tem. Francisco perguntou o que fazer para receber os gastos com acidente de trabalho. Criticou também a cobrança acumulada. Cláudio falou que na aposentadoria fica mais difícil pagar o plano e que a Casembrapa poderia fazer estudo para admitir no plano os filhos. Bila, SS Cenargen, questionou se a redução do número de exames periódicos era por parte da Embrapa ou da Casembrapa. Cassio respondeu dizendo que a cobrança dos exames periódicos dos trabalhadores é porque as clínicas mudam a guia, mas é só o trabalhador apresentar o ASO para ser reembolsado administrativamente. Disse que para resolver este problema foi criada uma carteirinha somente para atender ao PCMSO, bem como a criação de uma rubrica própria. Disse também que a Casembrapa foi criada para prestar o serviço de execução de PCMSO, por isso não tem licitação e realmente só há o reembolso integral do serviço prestado. O Conselho de Administração da Casembrapa deve discutir a despesa administrativa do PCMSO e também o pagamento de juros e multa quando do atraso do repasse pela Embrapa. No caso de acidente de trabalho o plano não pode negar atendimento e o pagamento do primeiro atendimento foi feito pela Embrapa apenas quando esteve contemplado no ACT. Depois da retirada, a Embrapa tem um parecer que o empregado deve ser assistido pelo SUS. Disse que o empregado deve recorrer à justiça para obter o ressarcimento das despesas de acidente de trabalho. O ressarcimento que a Casembrapa faz ao SUS compreende a assistência ambulatorial e hospitalar. Os excluídos devem vir para o plano, desde que pague seu passivo. O prejuízo de quem não paga alcança todo mundo. Despesa de coparticipação alta tem política de proteção com parcelamento. Quem não paga e sai do plano é cobrado juridicamente. A diretoria da Casembrapa só pode executar o que for aprovado no Conselho e dentro da legalidade. A exclusão é feita depois de 180 dias e tem um ano para voltar e com pagamento de joia. A recondução do diretor é feita pela empresa ou pela FAEE e sindicato, em caso de nova indicação é apresentada uma lista tríplice. A Casembrapa tem 32 empregados, não é inchada, sendo que cada empregado atende mil beneficiários e não há nepotismo. Toda vaga é preenchida por processo de seleção por empresa especializada. A Embrapa quer se livrar do representante nas unidades. Na reformulação do Estatuto deve ser incluída a representação dos aposentados, mas a Embrapa está buscando outra cadeira para ter paridade. A solução para ter representante de trabalhador na presidência do Conselho é ter rotatividade das representações. Para ter plano vitalício precisa ter contribuído 10 anos e ter a carta de concessão de benefício do INSS, se não será registrado como ex empregado e o tempo de permanência no plano será de apenas 2 anos. No caso de cobrança acumulada acontece porque há demora no recebimento dos prestadores de serviço. Quanto ao ingresso de novos participantes será discutido por ocasião da reforma do novo estatuto. Quem determina a política do PCMSO é o coordenador do PCMSO e DGP. Nilson responde que nessa última eleição de presidente não houve voto de qualidade. Aberto outro bloco de perguntas, Nilton passou a relatar que contraiu leishmaniose e registrada como acidente de trabalho, que por tratamento

equivocado teve consequência o afastamento do trabalho por 2 meses, problemas cardíacos que resultaram em cirurgia e ainda assim foi excluído do plano, mas renegociou. Teve atendimento pelo SUS e pelo plano. Disse também que a Embrapa não registrou CAT porque não reconhece como acidente\doença de trabalho. Marco Antônio perguntou quais são as ações efetivas sobre os casos de acidente\doença do trabalho diante da postura da Embrapa. André, SS Cerrados disse que ainda há dificuldade de entendimento do balanço mensal apresentado pela Casembrapa e sugeriu que seja melhorado. Perguntou também como será a vacinação deste ano e como proceder para solicitar o ressarcimento de despesa com acidente\doença do trabalho e como a Casembrapa separa essas despesas e as do SUS. Júlio Guerra argumenta que a Embrapa e Casembrapa devem dar apoio ao trabalhador em cada unidade, pois a empresa tem como benefício para os seus empregados o plano de saúde. Cassio passou a responder dizendo que existe um aprendizado no processo de exclusão e falou que todo trabalhador que não recebeu a notificação receberá. A Casembrapa precisa investir em promoção de saúde, mas para isso precisa de recurso financeiro. A identificação dos casos de acidente\doença do trabalho é difícil porque o registro é por procedimento e não por agravo. Voltou a dizer que o repasse da Embrapa para a execução do PCMSO não paga a operacionalização administrativa. Explicou que na reciprocidade a responsabilidade é de quem atende. Disse que tem havido vários problemas com a Cassi e Unimed por causa dos bloqueios. Quando isso ocorrer pediu para entrar em contato com a Casembrapa. Disse que a Casembrapa tem flexibilidade no rol de procedimentos, diferente de outros planos. O plano de saúde é Casembrapa, que aluga os serviços dos outros planos, mas quem resolve os problemas de bloqueio é a Casembrapa. Disse que o SINPF tem mais condição de fazer consulta geral ampla para discussão do modelo de custeio. Enfatizou que é preciso entender que não há no mercado nenhum plano como a Casembrapa, pois isso só acontece porque é autogestão. Falou que por hora não haverá aumento de plano, mas é preciso manter a vigilância. Disse que concorda que é preciso melhorar o processo de gestão. Relatou que a Casembrapa demitiu funcionários que não estavam fazendo bem ao clima organizacional. Enfatizou que quem está tirando o representante nas unidades é a Embrapa, pois não há um acordo formal. E a c chefe do DGP tem dito que o representante nas unidades deve ser de responsabilidade da Casembrapa e não da Embrapa. Scaramello disse que os casos de acidente\doença de trabalho devem ser encaminhados com a documentação para a DN resolver administrativamente e se não conseguir, deverá ser buscada outra saída. Disse que em caso de doença do trabalho é mais difícil porque tem que comprovar o nexo causal e isso já começa com a perícia do INSS. Othon argumentou que dado o número de excluídos é preciso a identificação dos motivos pela Casembrapa. José Vicente corroborou com a fala de Othon enfatizando que era preciso identificar os excluídos que tiveram que fazer exame periódico e tiveram que pagar. Mirane, SS Embrapa Sede perguntou como estava o funcionamento dos conselhos consultivos nas unidades. Falou também da dificuldade de se fazer o nexo causal no caso de doença do trabalho e preenchimento de CAT e que era preciso buscar apoio na rede nacional de assistência à saúde do trabalhador, principalmente o Cerest. Argumentou ainda

que os dirigentes de base é que devem trabalhar na investigação dos casos, orientar os trabalhadores, encaminhá-los aos serviços de assistência da Renast enquanto que a DN deve apoiar com formação em saúde do trabalhador. Além disso, falou que era preciso que dirigentes e trabalhadores se apropriassem das informações já disponíveis, inclusive no site do SINPAF sobre saúde do trabalhador. Cassio passou a responder dizendo que há comprometimento do orçamento dos trabalhadores com outras despesas que não seja a saúde. Enfatizou que era preciso fazer educação em saúde para garantia do plano de saúde. As pessoas tem que ter compromisso com a gestão do plano. O uso da carteirinha para realização do PCMSO resolverá o problema de cobrança de exames periódicos do trabalhador, pois assim será possível identificar quando se trata desses exames, mesmo com a troca de guia de exame na clínica. Argumentou que quem exige exame complementar são os médicos da cardiologia e da oftalmologia para fechar o diagnóstico dos exames periódicos e quando isto acontecer deve ser comunicado imediatamente ao médico coordenador do PCMSO. A Embrapa é obrigada a cumprir os exames legais. Disse que a Casembrapa está pulverizada e que nos municípios de poucos participantes, tem mais dificuldade de se credenciar serviços e uso da rede de reciprocidade. O comitê consultivo é estatutário, mas sua atuação deve ser por ele e não por motivação externa. André pediu a fala para orientar o preenchimento da CAT, pois ficou preocupado com o relato do Nilton que ainda não tinha tido acesso a esse direito. Orientou que fosse baixado o programa do site da Previdência Social e que uma vez instalado os documentos exigidos são o CID, nome da mãe e o número do PIS, que o SRH pode fornecer e que poderia ser preenchido pelo Sindicato, familiar, médico que o atendeu, já que a Embrapa se recusou. A seguir foi tratado do tema "Cumprimento das resoluções do XI Congresso do SINPAF" que iniciado por José Vicente que disse que tal tema tornou-se corriqueiro nas plenárias, mas que ainda pairam dúvidas que precisam ser esclarecidas, sendo uma delas a ação judicial movida pela DN contra os delegados do Congresso, o motivo de sua extinção. Júlio Guerra se manifestou dizendo que ninguém tinha sido processado e o motivo da extinção da ação foi que houve dificuldade de nominação e de identificação de cada delegado e a assessoria que defendeu o SINPAF decidiu retirar a ação, pois muitos delegados se queixaram de serem réus e solicitaram a retirada da ação. O motivo da ação foi por causa de 5 filiados que questionaram as deliberações que poderiam acusar a DN de improbidade administrativa no caso de pagamento de despesas que não fossem de campanha salarial e saúde do trabalhador. Em contrapartida há uma ação de filiados pelo cumprimento das deliberações do Congresso e que a DN aguarda o resultado. Disse também que não houve nenhum gasto com o Grupo de Assessoria do SINPAF (G.A.S) criado pela DN e alguns membros haviam pedido desligamento por falta de atuação, mas lembrou que a criação do grupo era prerrogativa da DN. Quanto ao caso do diretor de comunicação, se esperava o resultado da ação, que foi favorável à DN e portanto, arquivado. Quanto ao balanço contábil de 2013 já foi feito e está disponível. Disse que tem uma ação judicial da Sede e se essa ação judicial prosperar todos os delegados serão chamados, pois não é contra a DN, mas contra o sindicato. Othon esclareceu que a ação de que se trata foi movida por alguns delegados do Congresso da SS Embrapa Sede para que a DN

cumprisse as deliberações do Congresso, da mesma forma que a DN entrou com a ação para não cumprimento. Marco Antônio disse que não concordava com as justificativas dadas e argumentou que a DN entrou numa aventura jurídica e que deveria ter ido até o fim e não desistir apenas por dificuldade de localização, uma vez que a DN tinha acesso ao endereço de todos os delegados do SINPAF. Argumentou que a assessoria jurídica foi contratada e queria saber quanto custou e quem vai arcar com o custo. Lucas perguntou por que não foi cumprida a reciprocidade de prestação de contas entre DN e SS por que não foi feito o pagamento da liberação de ônus uma vez que teve rubrica. Perguntou também se os 5 filiados mencionados anteriormente haviam entrado com ação de improbidade administrativa contra a DN. Marco Antônio perguntou qual foi o crime cometido pelos delegados do Congresso para justificar a ação judicial. Raquel falou que os delgados do Congresso deliberaram pela demissão do escritório de advocacia da filha da diretora administrativa não foi só por nepotismo, mas também por causa de conflito de interesse. Walterllene partindo da hierarquia das instâncias do SINPAF, perguntou qual era a hierarquia de competência da DN enquanto executora. Júlio Guerra passou a responder dizendo que não foi uma aventura jurídica, mas tentativa de esclarecer sobre as instâncias de execução das deliberações e que houve reunião de diretoria para analisar a retirada da ação. Quanto ao imposto sindical como rubrica para pagamento do ônus de liberação era preciso buscar segurança jurídica para o uso. Disse que foi consultado o fundamento jurídico do questionamento desses filiados e que os diretores penalizados seriam os ordenadores de despesa, o presidente e a diretora administrativa do SINPAF. Enfatizou que não era processo porque não houve crime, mas uma forma de esclarecer se a decisão tomada pela instância deliberativa tinha força sobre a instância executiva. O balancete apresentado naquele Congresso tinha várias dúvidas sobre o patrimônio e a comunicação. Quanto à deliberação de taxa de reversão e êxito foi cumprida, o número de exemplares do caderno de teses foi cumprida, a reforma da sede do SINPAF ficou para 2017, a formação do Grupo de Trabalho de 2015 foi cumprida. Quanto à correção do balanço contábil depende de quem apresentou a demanda e não da DN, pois o balanço apresentado é probo. A reciprocidade não está no Congresso, mas no site onde se encontram os balancetes analíticos. Disse que o balanço contábil tem que espelhar exatamente o que acontece com os recursos do filiado e que o balanço contábil é feito por um contador e não pela DN. Quem alega que o balanço contábil está errado, é que deve entrar na justiça para acionar o contador e não a DN. Enfatizou que a criação do G.A.S está previsto no estatuto. Quanto à assessoria jurídica contratada é legal porque na iniciativa privada não tem nepotismo. Enfatizou que a ação judicial contra os delegados era do SINPAF e não da DN e a intenção da ação foi para que não houvesse achacamento dessa DN ou de qualquer outra. Mesmo a instancia maior deliberativa do SINPAF não pode descumprir o estatuto. Guiomar disse que a DN anterior expulsou 4 diretores, que entraram contra o SINPAF e as ações foram pagas neste mandato, inclusive de dano moral, numa importância de R$ 50.000,00. Marco Antônio argumentou que não se tratava de uma ação declaratória, mas sim de ação anulatória, para anular todas as deliberações do Congresso. Vicente propõe que a XX Plenária Regional Centro Oeste referende as ações de cumprimento das deliberações do

X Congresso do SINPAF, uma vez que a DN se posicionou contra o cumprimento, por não reconhecer as deliberações como legítimas. Colocada em votação a proposta teve 18 votos a favor, 15 contra. O próximo tema tratado foi o CONSAD. Júlio Guerra relatou que o processo de posse se encontra parado na Casa Civil. Othon disse que o processo foi devolvido para o MAPA por algo errado e perguntou por que o conselheiro eleito, Maciel, não estava presente na plenária, uma vez que foi solicitada sua presença. Júlio Guerra falou que quer que o representante dos trabalhadores vá até o SINPAF para conversar com a DN para tratar de demandas para a categoria. Vicente lamenta da falta de apoio da DN ao representante Maciel para discussão com os trabalhadores da política de gestão da Embrapa. Argumenta que a postura da DN deveria ser de apoiar a sua ida em todas as plenárias e encaminhou a proposta de que na Plenária Nacional fosse deliberada a sua participação nas instâncias do SINPAF com apoio financeiro e político do SINPAF, se possível com a presença do Maciel. Flávio falou que houve articulação com o senador Walter Pinheiro, enquanto que o representante esteve em outra reunião sem chamar a DN para participar. Encerrado tema passou-se à escolha da cidade de realização da próxima plenária regional Centro Oeste e a cidade escolhida pelo plenário foi Dourados. Em seguida passou-se para os assuntos gerais que foram apresentados à mesa para deliberação do plenário: Othon propôs que fosse intensificado urgentemente todos os esforços políticos, administrativos e jurídicos para reverter a demissão do trabalhador Matusalém, da Embrapa Trigo. A proposta foi aprovada por maioria pelo plenário. Cláudio propôs criar GT para acompanhar o Projeto Embrapa Autarquia especial e que os palestrantes que apresentaram o projeto fossem convidados para a Plenária Nacional visando ampliar as informações às demais seções sindicais. A proposta foi aprovada por maioria pelo plenário. Raquel solicita o encaminhamento à Plenária Nacional sobre a denúncia do sindicato de jornalistas do DF ao MPT sobre as 8 horas trabalhadas pelos jornalistas da Embrapa. A seguir foram aprovadas as seguintes Moções: Moção de Apoio a todas as mulheres por se tratar que neste mês ocorreu o dia internacional da mulher. Mulheres, obrigado por abrilhantarem esta plenária; Moção de Aplauso a todos os delegados presentes na XX Plenária regional Centro Oeste, por sua valorosa e significativa participação nas plenárias e demais instâncias do SINPAF; Moção de Aplauso à seção sindical anfitriã, SS Goiânia e diretoria regional Centro-Oeste pela organização da XX Plenária Regional Centro Oeste, em especial à boa estrutura, acomodações e qualidade do evento; Moção de Aplauso à diretoria regional Centro Oeste e a cada delegado(a) presente no empenho, pela alta qualidade dos debates e temas abordados; Moção de Aplauso à mesa coordenadora da XX Plenária Regional Centro Oeste pela boa condução dos trabalhos durante toda a plenária; Moção de Aplauso à mesa coordenadora da XX Plenária Regional Centro-Oeste pela condução excelente das atividades dessa plenária; Moção de Repúdio à seção sindical Embrapa Sede por ter convidado dois filiados da seção sindical Hortaliças que vieram na intenção de tumultuar o andamento da plenária; Moção de Repúdio à Diretoria Nacional do SINPAF por tentar impedir a participação do presidente da seção sindical Hortaliças como delegado nato, colocando-o na condição de convidado. Nada mais havendo a ser tratado, às 19h,

declarou-se encerrado os trabalhos da XX Plenária Regional Centro-Oeste, sendo a presente Ata lavra e assinada pelos membros da Mesa Diretora da Plenária.

Waltterlenne Englen Freitas de Lima
Presidente da mesa

José Vicente da Silva Magalhães
Secretário da mesa